TENDÊNCIAS

A União Européia por dentro

Os europeus estão dispostos a colaborar em projetos que fortaleçam a democracia e a defesa dos direitos humanos

ANTÔNIO HERMÍNIO PINAZZA

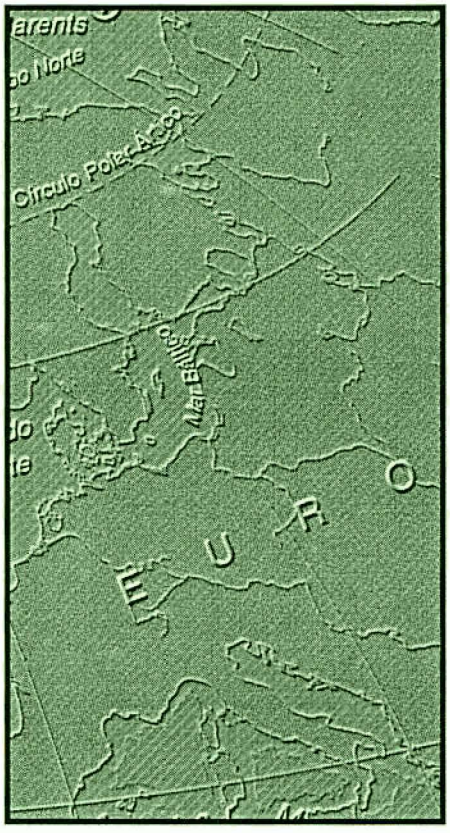
A crise desencadeada pelo capital globalizado vem gerando instabilidade geral que, aliada ao espectro da recessão mundial, leva os temas sociais a ocuparem as mais variadas agendas. A União Européia não foge à regra. A questão do desemprego há muito é uma preocupação que se soma às incertezas atuais, desencadeando uma ampla discussão sobre o melhor arranjo para alavancar o crescimento econômico sem eliminar postos de trabalho. Convém lembrar que o índice médio de desemprego na UE chegou a 11,3%, enquanto nos Estados Unidos e no Japão não superava, respectivamente, 6,1% e 2,9%.

Essas questões têm sido as principais razões da ascensão, na Europa Ocidental, de governos menos conservadores, como na recente escolha da social-democracia na Alemanha. A centro-esquerda assume o poder nas quatro principais potências, que juntas atingem um PIB de US$5,5 trilhões (Alemanha, Reino Unido, França e Itália).

Para 1999, não são poucas as expectativas. Na UE a partir de 1º de janeiro ocorrerá a unificação da moeda, o euro, e em julho haverá eleições para o Parlamento Europeu, onde os deputados se alinham em cerca de cem partidos políticos, defendendo interesses europeus e não exclusivamente nacionais.

O Brasil, evidentemente, tem de acompanhar essa movimentação, pois a União Européia é o maior bloco voluntário e pacífico do mundo, realiza 38% dos intercâmbios comerciais, contra 11% dos EUA e 9% do Japão, com um mercado de 370 milhões de pessoas e somente do agribusiness brasileiro adquire, anualmente, 25% dos produtos.

Portanto, se quisermos ter massa crítica para analisar e entender estrategicamente o



mecanismo protecionista europeu ou as possíveis relações comerciais e de cooperação, ou ainda a Política Agrícola Comum (PAC) é importante conhecer um pouco da engrenagem extremamente complexa que envolve a UE.

Os acordos comerciais serão extremamente difíceis e vai ser preciso equilibrar os interesses e buscar pontos comuns que unam, por exemplo, a UE e a América Latina (Mercosul). Dados já publicados indicam que apenas no comércio agrícola mundial as cifras atingem US$600 bilhões e por trás desta quantia ergue-se uma montanha de barreiras (cerca de 1.366).

Surgimento, objetivos e instituições da UE

A intenção de conferir unidade à Europa teve seus primórdios em 1923, quando se alinhavou um movimento pan-europeu visando à criação dos Estados Unidos da Europa, seguido de outras iniciativas como a de 1929, propondo a criação de uma sociedade de nações. Tais iniciativas foram abortadas pela pujança do nacionalismo e do imperialismo naqueles anos.

Somente depois da II Grande Guerra o processo tomou contornos definitivos com a criação, em 1951, da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, e em 1957, com a formação da Comunidade Européia da Energia Atômica e da Comunidade Econômica Européia. Em 1965 deu-se a fusão dessas três Comunidades e, após sucessivos avanços, estabeleceu-se no início de 1992 a consolidação da União Européia, através do já conhecido Tratado de Maastricht.

Fundamentalmente, a UE foi estruturada para assegurar a paz, garantir o progresso econômico e social, eliminar fronteiras internas e instaurar uma cidadania única. Tudo isso foi arduamente conquistado ao longo dos anos pela superação de dificuldades imensas, em um continente desequilibrado e dividido por profundos e diferentes sistemas políticos e econômicos. Por tudo isso a UE tem de ser vista como eminentemente política, voltada para evitar a guerra e fazer prevalecer a paz entre os países.

A maior conquista baseia-se em um fato sólido: nos últimos 20 séculos, pela primeira vez se passam 50 anos sem guerra na Europa.

O processo decisório nas instâncias da UE é sofisticado, intrincado e muitas vezes compreensível apenas para especialistas em assuntos europeus. Figurativamente, segundo um experimentado e assíduo freqüentador dos seus corredores, o Parlamento Europeu "é uma verdadeira torre de Babel e uma casa de malucos, mas funciona". São 11 línguas oficiais, 25 mil funcionários, orçamento de quase US$100 bilhões e três locais de trabalho: Estrasburgo, onde se realizam sessões plenárias, Bruxelas, onde se reúnem as comissões e grupos políticos e acontecem as sessões extraordinárias, e Luxemburgo, onde está o secretariado-geral do Parlamento.

As instituições da UE são formadas pelo Parlamento Europeu, composto de 626 deputados e exercendo o controle político além de competências orçamentais; o Conselho Europeu, que reúne os chefes de Estado e de governo e fixa as principais linhas de orientação política e econômica; o Conselho de Ministros, formado por ministros dos estados membros e por setor (agricultura, economia, transporte, ecologia etc.); Comissão Européia, constituída de 20 membros, ligada à integração européia, com a missão de elaborar propostas de leis e administrar o cumprimento de tratados e acordos; Tribunal de Justiça, intérprete da ordem jurídica da UE, composto por 15 juízes; e o Tribunal de Contas, com 15 membros, que controla a gestão do orçamento. Além dessas instituições, a UE dispõe de órgãos como o Comitê Econômico e Social, o Banco Europeu de Investimento, o Instituto Monetário Europeu e o Comitê de Regiões.

As condições para que um país pertença à UE se traduzem em estar em solo europeu, praticar economia de mercado e ter governo democrático.

Atualmente são 15 os países membros: Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Espanha, Bélgica, Grécia, Holanda, Portugal, Áustria, Suécia, Irlanda, Dinamarca e Finlândia. Islândia, Noruega e Suíça, por decisão de seus cidadãos, não integram a UE. A expectativa é de que até 2010-12 os demais países da Europa Central e do Leste estejam integrados.

A estratégia principal do processo de integração da UE se dirige à conquista do mercado interno. Pessoas influentes deixam escapar que "antes de novos mercados, existem os nossos mercados que devem ser protegidos", pois foi esta conquista que possibilitou a supressão de fronteiras, a associação internacional de empresas e a reestruturação da produção; tudo em proveito das oportunidades que oferece um mercado interior de 370 milhões de habitantes.

Seus cidadãos são beneficiados de duas maneiras: pela maior liberdade e mobilidade para comprar, trabalhar ou residir em qualquer país membro com todos os direitos preservados, e como consumidores que possuem uma oferta maior de bens e serviços a preços mais competitivos.

Os recursos orçamentários da UE se originam da contribuição de 1,27% do PIB dos estados membros. Outros recursos próprios são obtidos através dos direitos aduaneiros cobrados nas fronteiras externas da União, direitos niveladores sobre produtos agrícolas importados e 1% do IVA, imposto de valor agregado, cobrado sobre bens e serviços.

O orçamento financia as atividades internas da UE nas áreas de política agrícola e pesca; fundos estruturais destinados a prover medidas sociais e em favor do emprego para os estados membros mais pobres e as áreas carentes; programas de P&D e promoção do mercado interno, transporte, energia, cultura, meio ambiente, formação e intercâmbio em favor dos jovens e outros.

Para as áreas externas o orçamento pode ser aplicado na ajuda a outros países na forma de auxílios à reconstrução, ajudas de emergência, ações conjuntas de política externa e segurança comum, auxílio a refugiados e à defesa dos direitos humanos e outros acordos internacionais.

O Brasil, evidentemente, tem de acompanhar os movimentos da UE, o maior bloco voluntário e pacífico do mundo, que realiza 38% dos intercâmbios comerciais, um mercado de 370 milhões de pessoas e que, somente do agribusiness brasileiro adquire, anualmente, 25% dos produtos.

Pressões internas na União Européia

Apesar de, perante o cenário mundial, a UE representar um oásis de bem-estar e qualidade de vida, internamente experimenta grandes disparidades e desequilíbrios. Luxemburgo, por exemplo, tem um PIB *per capita* duas vezes superior ao da Grécia; em Hamburgo, a região mais rica da Europa, a renda *per capita* é quatro vezes superior à do Alentejo, e as 10 regiões mais ricas da UE possuem um PIB *per capita* e uma taxa de desemprego respectivamente 3,5 vezes maior e 7 vezes menor que as 10 regiões mais pobres.

O trabalho da UE se desenvolve em função de objetivos gerais e regionais. Regionalmente visa ao fortalecimento econômico das regiões menos desenvolvidas; à reconversão econômica das zonas afetadas pela crise industrial; à diversificação econômica das zonas rurais vulneráveis e ao desenvolvimento das regiões de baixa densidade populacional.

Os objetivos gerais envolvem toda a UE e são, basicamente: esforço contra o desemprego e inserção profissional das pessoas com alto risco de exclusão do mercado de trabalho; adaptação dos trabalhadores às mudanças na indústria e nos sistemas de produção e adaptação das estruturas agrária e pesqueira diante da reforma da PAC.

Além disso a UE se vê às voltas com a adesão de 10 países candidatos (Europa Central e do Leste), processo iniciado por negociações com Hungria, Polônia, Estônia, República Tcheca, Eslovênia e Chipre. Todas essas adesões devem ser efetivadas entre 2001 e 2003.

Como o processo não é de exclusão, mas de adesão, as portas seguem abertas à Bulgária, Rumênia, Letônia, Lituânia e Eslováquia. A meta da UE é chegar ao Leste num prazo de 10 a 15 anos, com a adesão da Ucrânia, Bielo-Rússia e Moldávia. Na verdade se pretende o estabelecimento de um verdadeiro Plano Marshall para a integração da Europa Central e do Leste.

O sucesso dessa integração impõe três rigorosas condições: instituições estáveis que garantam a democracia, o estado de direito, os direitos humanos e proteção das minorias; existência de uma economia em condições de enfrentar a competitividade das forças de mercado da UE e capacidade para assumir as obrigações relativas à adesão à União Econômica e Monetária.

Os preparativos para as futuras adesões serão complexos e os países candidatos necessitarão de uma grande inversão em áreas como meio ambiente, transporte, energia, reconversão industrial, infra-estrutura agrícola e setor rural.

Os grandes fluxos imigratórios originários do restante da Europa, Ásia e África (o continente africano está a menos de duas horas de vôo do coração da Europa) e a potencial vulnerabilidade ao crime internacional pela ampliação da fronteira única afetam também a UE.

A União Européia e a América Latina (Mercosul)

A excessiva proteção do mercado interno se explica: a conquista do mesmo foi a principal estratégia para formação do bloco da UE.

Nos setores regulados pela OMC, a União procura seguir os mecanismos de gestão de livre comércio, visando eliminar os obstáculos que atrapalham o intercâmbio. Nos setores não-regulados pela OMC, a UE negocia as condições em que os produtos e serviços terão acesso ao seu mercado. O poder de negociação e pressão é muito grande, já que o sis-

tema de proteção é único e uniforme para os 15 países membros.

A América Latina merece, segundo um graduado funcionário da Comissão Européia, uma atenção especial. e o avanço das negociações com México, Chile e Mercosul comprovam isso. A América Latina representa 25% dos produtos importados pela UE e 85% dos produtos do Cone Sul não têm problemas de acesso ao mercado europeu.



No campo das relações com a América Latina, a UE sinaliza claramente suas intenções nas esferas políticas, de comércio e de cooperação. Na área política, a partir de 1999 deverão ocorrer reuniões periódicas entre ministros de Relações Exteriores e também da Comissão Européia com presidentes da América Latina. Na parte comercial a UE classifica como fundamental o intercâmbio, sem no entanto oferecer as facilidades concedidas à África e a antigas colônias (como o Acordo de Lomé, por exemplo), pois ao contrário da África, a América Latina é classificada como de desenvolvimento médio, com boas condições de competitividade.

Na área institucional os europeus estão dispostos a colaborar em projetos que fortaleçam a democracia e a defesa dos direitos humanos (aperfeiçoamento da administração pública, do sistema de educação, do sistema de segurança pública e de apoio institucional). Desejam ajudar na formação de administradores públicos que atendam ao Estado e não a um governo temporário, transitório, pois muitas vezes o povo elege um programa de governo que acaba não sendo aplicado por despreparo e incompetência das instituições públicas.

Dentro da Comissão Européia reconhece-se que a América Latina vem tomando as medidas certas do ponto de vista macro, apesar de não poder mais fugir de desafios sérios e estruturais, como a promoção da reforma agrária e maior distribuição de renda, com base na tese de que o ajuste econômico é menos contundente que o desajuste econômico. A ênfase da colaboração social teria que pesar sobre projetos de educação (principalmente a educação dirigida), sanidade pública, apoio à população periférica com programas específicos para meninos de rua e favelas.

Os próprios membros da CE lembram que a Europa sempre foi severamente criticada por adquirir a matéria-prima e devolvê-la manufaturada e mais cara. A melhor forma de saldar esta questão seria devolver essa matéria-prima sob a forma de pessoal altamente qualificado, via programas de estudos, administração de universidades, integração interuniver-sidades e programas de preparação e educação de mulheres, à luz da afirmação de Ghandi "...se educa um homem muito bem, mas quando se educa uma mulher está se educando uma família..."

Questões de cunho social como o desemprego têm sido as principais razões da ascensão, na Europa Ocidental, de governos menos conservadores, como aconteceu na recente vitória da social-democracia na Alemanha

A cooperação econômica se daria como oportunidades de negócios, pondo em contato pequenos e médios empresários com seus pares da Europa. Também há interesse na cooperação em projetos de hidrovias, pois pela própria experiência da UE, há que crescer e desenvolver o mercado interno e para isso precisa-se melhorar a infra-estrutura.

A questão agrícola na União Européia

A agricultura ocupa um lugar essencialíssimo na política da UE. Parte preponderante da legislação comunitária se refere ao setor agrícola, onde mais da metade do orçamento é destinada à agricultura.

Essa importância se baseia no fato de a política agrícola ser, simultaneamente, política estrutural, de renda, regional e demográfica.

As linhas fundamentais da PAC se sustentam em três pilares básicos: unidade de mercado – atualmente 98% dos produtos têm mercados organizados, o que impede distorções e prejuízos de produtores de países, regiões ou mesmo produtos; preferência comunitária – favorecimento de produtos agrícolas em relação aos importados, assegurando a defesa dos produtores via elevação artificial de preços (taxação); solidariedade financeira – os subsídios têm de ser sustentados em comum por todos os países membros.

Por sua vez, a CE apresentou proposta dentro da Agenda 2000 estabelecendo objetivos para a PAC com vistas à melhoria da competitividade: preços mais baixos, garantia da segurança e da qualidade dos alimentos destinados aos consumidores, nível de vida adequado à comunidade rural, integração de sistemas de produção que preservem o meio ambiente e oportunidades de empregos alternativos para os agricultores e seus familiares.

O modelo de agricultura apregoado pela UE se denomina "agricultura multifuncional", cujo produto derivado é altamente subsidiado e bancado pelos consumidores, conscientes de que no preço está embutida uma taxa de despoluição da água, conservação do solo, mínimo uso de agrotóxicos, preservação ambiental etc.

A eficiência ambiental dos produtores que lançam produtos mais saudáveis aliada ao crescente uso do campo para fins recreativos acarretam novas obrigações e oportunidades para os produtores rurais, o que encontra receptividade na sociedade, disposta a pagar mais por uma agricultura mais ecológica. Na visão da UE, essa conduta não se caracterizaria como protecionismo, pois o que se deseja é um produto de qualidade em termos ambientais, e a interpretação de que isso constitua um tipo de barreira é bastante polêmica.

O que denominam de "agricultura multifamiliar" supõe que o produtor viveria não só do que produz, mas também de industrialização, treinamento para trabalhos artesanais, turismo rural, enfim um programa completo de desenvolvimento rural para torná-lo mais competitivo.

Contudo, a agricultura européia está em ebulição. As organizações rurais se mobilizam em vastos *lobbies* contra a Agenda 2000 por julgarem que, apesar da elevada carga protecionista, seus objetivos podem ser extremamente prejudiciais assim como imprecisas suas propostas.

Antônio Hermínio Pinazza é diretor executivo da Associação Brasileira de Agribusiness, Abag.